

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000084-08.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Aline Fermiano Sanches Nicolau e outro**
 Requerido: **Aparecido Santos Junior**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

ARIEL FERNANDES LEME move ação indenizatória em face de APARECIDO SANTOS JÚNIOR. Alega, em essência, que foi agredido pelo réu em 15/08/2015 e que, em decorrência da agressão, sofreu danos de ordens moral e material. Requer a condenação do requerido ao pagamento do valor de R\$ 20.000,00 a título de indenização por danos morais, e de R\$ 5.000,00 pelos danos materiais suportados. Juntou documentos (fls. 06/20).

Houve manifestação do Ministério Público postulando a rejeição da petição inicial e, posteriormente, declinando da competência haja vista tratar-se de interesses de pessoas maiores e capazes (fls. 23/24).

O requerido ofereceu resposta às fls. 43/56 aduzindo que os fatos não ocorreram da forma narrada na inicial. Contrapôs os argumentos lançados, pontuando que o autor não sofreu os danos referidos. Pugnou pela improcedência da ação.

Houve réplica (fls. 65).

É o relatório.

DECIDO.

Afasta-se a preliminar suscitada, uma vez que a petição inicial atende aos requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil.

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem no caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual. Também não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito, estando ausentes as hipóteses dos artigos 485 e 330 do Código de Processo Civil.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despidendo produzir demais provas em audiência ou fora dela. Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Ibaté
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo. Inclusive, ao julgar antecipadamente valho-me do poder de zelar pela rápida prestação jurisdicional, impedindo que *“as partes exerçam a atividade probatória inutilmente ou com intenções protelatórias”*, conforme leciona Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro. Saraiva, 14ª edição, 1999, p 228).

Os pedidos são improcedentes.

Pela genérica narrativa inicial, aliada à reposta apresentada - também genérica - depreende-se que houve um desentendimento entre as partes que, segundo o autor, culminou em abalo psíquico e prejuízo pecuniário. Apesar de tais alegações, não restaram delineados nos autos os prejuízos sofridos pelo requerente.

Com efeito, não há documento que indique a existência de ferimentos, tampouco que em decorrência deles, o autor necessitou submeter-se a tratamento que lhe custou R\$ 5.000,00.

Além disso, não há falar-se em danos morais.

Entendo que os acontecimentos narrados não passaram de mero aborrecimento e, portanto, não constituem dano moral porque não são suficientes para configurar dano extrapatrimonial a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece. Não houve abusos efetivamente demonstrados ou qualquer outra consequência concreta.

O aborrecimento por que passou o autor – ao menos aquele efetivamente demonstrado sob o pálio do contraditório - não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada. Saliente-se que o mero aborrecimento, pequenas ofensas e percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: *“só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, **interfira intensamente** ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral”* (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha. (grifo meu)).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos inúmeros fatos corriqueiros irritantes e desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Arcará o autor com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% do valor da causa atualizado, observando-se a concessão da AJG.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Interposta apelação, intime-se o recorrido para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 2 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**